



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Do Sr. Deputado MÁRCIO MARINHO)

Requer a criação de uma Subcomissão no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, com a finalidade de analisar e discutir “Os impactos dos jogos virtuais e apostas on-line, as Bets, nos consumidores e no orçamento das famílias brasileiras”.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 29, Inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a criação de uma Subcomissão no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor, composta de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, com a finalidade de analisar e discutir “Os impactos dos jogos virtuais e apostas on-line, as Bets, nos consumidores e no orçamento das famílias brasileiras”.

JUSTIFICATIVA

A criação de uma subcomissão se justifica diante da crescente relevância econômica e social do tema no Brasil. O setor de apostas online, que inclui plataformas de “**Bets**” esportivas e jogos de azar digitalizados, a exemplo, “**O Tigrinho**”, movimentou cerca de R\$ 68,2 bilhões nos últimos 12 meses, segundo o relatório “Apostas on-line: estimativas de tamanho e impacto no consumo” do Banco Itaú publicado em Agosto/2024. Deste





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO –

montante, R\$ 44,3 bilhões foram pagos em prêmios, resultando em um prejuízo líquido de R\$ 23,9 bilhões aos apostadores brasileiros, valor equivalente a 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O fenômeno atinge de forma especialmente grave a população de menor renda. Estudo da Klavi apontou que 70% dos moradores de favelas fazem apostas regulares, muitas vezes utilizando recursos destinados à alimentação e despesas básicas. Inclusive, o Banco Central identificou que apenas em um único mês, beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões com apostas online.

Além do impacto orçamentário e do endividamento familiar, há agravamento de quadros de saúde mental, com crescente número de casos de ludopatia, reconhecida pela OMS como transtorno compulsivo. Ambulatórios psiquiátricos públicos e grupos de apoio como o JOG-ANON, uma organização composta por esposas, maridos, parentes e amigos íntimos de pessoas que foram afetados pelo problema do jogo, relatam um aumento expressivo na procura por atendimento, inclusive de familiares afetados pela convivência com apostadores compulsivos.

As apostas online, ainda que recentemente regulamentadas pela Lei 14.790/2023, carecem de controle rigoroso de publicidade, proteção ao consumidor e políticas públicas de prevenção à dependência. Estima-se que milhões de brasileiros realizam transações via PIX e cartões de crédito com plataformas que muitas vezes operam no exterior e à margem da fiscalização.

A subcomissão terá como objetivo:

1. Acompanhar a implementação do marco regulatório;
2. Promover estudos sobre os impactos econômicos e sociais do setor;
3. Ouvir especialistas da saúde mental, educação financeira e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO –

- regulação digital;
4. Propor políticas públicas de prevenção, tratamento e proteção ao consumidor;
 5. Recomendar mecanismos de responsabilização das empresas operadoras; e
 6. Promover a fiscalização e mecanismos para combater os prejuízos aos consumidores.

Assistirmos um setor que movimenta cifras bilionárias e causa danos severos à economia das famílias brasileiras, urge a atuação ativa do Parlamento, a fim de proteger o interesse público, promover justiça social e garantir o equilíbrio econômico-sanitário do país.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nossos pares no sentido de aprovar o Requerimento.

Sala da Comissão em, de abril de 2025.

MÁRCIO MARINHO

Deputado Federal
Republicanos/BA

